

Negociação
Assembleia Constituinte

O País enfrenta hoje sérias dificuldades nos campos econômico e social, ao mesmo tempo em que passa por um delicado processo de abertura política. Em face dessa realidade, a "Folha" realizou uma ampla consulta a personalidades do mundo político, econômico, cultural e artístico, a fim de tornar públicas as suas opiniões a respeito das seguintes questões:

1. Como avalia o ritmo da abertura política? Deveria ser mais lento, mais veloz, ou manter o atual compasso?

2. Há quem diga que o País vive um impasse. Concorde com isso? Em caso afirmativo, qual a natureza e qual a gravidade desse impasse?

3. Há também quem diga que as dificuldades que a Nação atravessa impõem a necessidade de um processo de negociação ampla, que envolva o governo, as oposições e as entidades da sociedade civil. Concorde com isso? Em caso afirmativo, o que deve ser negociado, por quem e quando?

4. Existe, em sua opinião, a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte? Em caso afirmativo, sob que condições? Em que prazo? Convocada por quem?



Ex-ministro
defende a
Constituinte

General Afonso Augusto Albuquerque Lima, ex-ministro do Interior:

"Antes de tudo, quero dizer a meu interlocutor, que não sou político, nunca soube sê-lo, mesmo quando desempenhei um cargo de ministro de Estado. Assim, não sei se a minha opinião merece alguma valia, entretanto, como brasileiro e participante do processo revolucionário, já ultrapassado, não posso ausentar-me desse debate.

longo do tempo. Continuo a pensar que vivemos uma época decisiva da vida nacional, o que nos conduz a julgar da necessidade de um entendimento global para superar os impasses econômicos e sociais que atingem tão profundamente o povo brasileiro. Cabe, nesse momento, ao governo e aos políticos, através de seus partidos, considerar quais as reformas essenciais a serem conduzidas nos vários campos do Poder Nacional. A crise econômica e social bastante grave que o País atravessa, consequente de fatores endógenos e exógenos, gera um desafio que poderá ser superado, através de uma negociação ampla, sincera e leal, que envolva o governo, os partidos políticos da situação e da oposição, bem como outros segmentos da sociedade. Para isso, impõe-se uma diretriz básica — que devemos crer mais no presente, menos em face dos erros do passado, do que dos desafios do futuro — para que as novas gerações possam usufruir mais do que a nossa as benesses do desenvolvimento. Basta de divisões internas e de incompreensões, que a nada conduzem, al estão para serem considerados os problemas da inflação, de combustíveis e energia, da dívida interna, do empobrecimento das classes médias e operárias, da agricultura, da descapitalização da indústria nacional, das distorções regionais, principalmente no Nordeste e na Amazônia, das multinacionais, etc. Por que, então, não estabelecer-se uma união nacional para tentar-se a busca de soluções para os mesmos?"

3. "Sim, creio que todas as dificuldades seriam reduzidas ou eliminadas, se fosse possível adotar, no menor prazo possível, um amplo projeto político, econômico e social, do qual participasse governo, oposição, entidades da sociedade civil. Mas, qualquer iniciativa desse gênero teria que partir do governo, que possui elementos de julgamento mais profundos e a complexidade e oportunidade de um movimento dessa amplitude.

"Os objetivos imediatos seriam as novas instituições democráticas, com os problemas que mencionamos anteriormente."

4. "Na minha opinião, julgo necessária a elaboração de uma nova Constituição, por meio do atual Congresso com poderes de Constituinte ou pela eleição do novo Congresso em 1982.

"Faz-se mister a nova Carta Constitucional, coerente com as aspirações nacionais, resultantes da nova atualidade política que estamos vivendo. A passagem de um regime discricionário com o poder altamente concentrado para um Estado de Direito

"Assim, procurando sintetizar o meu pensamento, posso responder-lhe:

1.º "O processo de abertura política vem sendo conduzido de maneira progressiva, considerada lenta, por uns, e satisfatória para outros. Para mim, em particular, julgo que o reingresso do País no estado de Direito, após 15 anos de um processo dito revolucionário, com seus acertos e desacertos, não pode ser mudado repentinamente, ainda dentro de certas paixões radicais, de algumas intolerâncias recíprocas e mesmo revanchismo de alguns. Como tenho afirmado sempre, há que se apelar para todas as forças vivas da Nação, no sentido de que, acima de interesses de grupos, se coloque o objetivo supremo e inadiável — a consecução do verdadeiro estado de Direito. Para isso, os políticos atuais precisam conscientizar-se dessa certeza e darem a sua elevada colaboração no sentido de, por uma conciliação nacional em torno de idéias e programas, e não de cargos e posições, possa o País chegar ao seu elevado destino dentro do sistema democrático.

"Portanto, conclusivamente, julgo que a abertura política deve ser gradual e intensiva, de modo a chegar ao que todos ansiamos; o restabelecimento das eleições diretas, a extinção dos senadores biônicos, a rejeição total da Lei Falcão e, principalmente, a segurança das liberdades essenciais do povo brasileiro.

"Além de tudo, não devemos esquecer que a toda ação corresponde uma reação igual e contrária. Assim, se, de repente, faz-se uma abertura ampla, sem maiores cuidados, pode ocorrer um extravasamento de tal ordem que, sem dúvida, poderá surgir uma reação prejudicial para o País, como parece estar acontecendo com demonstrações indesejáveis de agressão partidas de uma chamada linha de direita, ainda não identificada totalmente. Para essa transição o governo estabeleceu um processo gradual aceitável desde que não sofra delongas, nem retrocessos que prejudicariam, antes de mais nada, a credibilidade desse projeto político. Estou confiante de que o presidente João Batista Figueiredo tem a plena consciência desse papel que lhe reserva a História do Brasil."

2. "Ninguém, em sã consciência, pode negar que há problemas graves de natureza econômica e social, afora os de natureza política que, a meu ver, estão procurando resolvê-los todos ao

exige a eliminação de algumas restrições contidas ainda dentro da atual Constituição. Desse modo, somente uma nova Carta Magna poderá fixar o novo regime legal e legítimo da democracia, como aspiração primordial da Nação.

"Essa transição não poderá mais ser conduzida pelo uso da força, mas, sim, pelo consenso dos grupos políticos divergentes, através de entendimentos de alto nível; o prazo depende do trabalho a ser executado pelos srs. constituintes, o que, a meu ver, não deve ultrapassar de um ano, para que, ainda no governo atual, como responsável por essa decisão, possa preparar o País, nas melhores condições possíveis para o novo período presidencial."



Freyre quer
as oposições
cooperando

Gilberto Freyre, sociólogo e escritor:

1. "É um ritmo que, a meu ver, depende da oposição — ou das oposições —, tanto quanto do governo. É preciso que de uma possível harmonia entre esses contrários, resulte, a favor da sociedade nacional, um processo de indireta cooperação."

2. "O que é exatamente impasse?"

3. "Como na minha filosofia social, impossível de ser aplicada imediatamente, minha inclinação é para uma solução no sentido construtivo anárquico, com o Estado antes coordenador que ordenador de grupos ou energias que constituem sociedades nacionais, negociações amplas, que envolvam governo e oposições, me parecem antecipações válidas."

4. "Creio — e neste ponto sigo opiniões de mestres na chamada Ciência Política —, que o Congresso Nacional está apto a desempenhar funções de Constituinte."